

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 15/09 SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO DIA 24 DE NOVEMBRO

24.11.09

Sessão realizada no Auditório do Centro de Artes de Sines
Inicio – 11:00h
PRESENÇAS:
PRESIDÊNCIA: José Luís Martins Batalha (PS)
1º Secretário: Fernando Miguel Ramos (PS)
2º Secretário: Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo (PS)
José Arcanjo Ferreira da Costa (Mov.Sim)
Eduardo Luís Contreiras Pires (Mov.Sim)
Helena Margarida Rodrigues Correia Sales(Mov.Sim)
Carlos Alberto Guerreiro Murta (Mov.Sim)
Nuno Miguel Nogueira do Ò Pereira (Mov.Sim)
Mara Luzia Santos Girante Saramago (Mov.Sim)
António Girão Meco (Mov.Sim)
Filipe Manuel Cardoso Rodrigues (Mov.Sim)
Ana Eugénia Santa Barbara Ramos (Mov.Sim)
Carlos Rio Salvador (PS) (em substituição de Carlos Silva)
João Miguel Telo Raposo (PS)
Càtia Sofia Silva Salgado (PS)
Miguel Paulo Ferreira Ribeiro (PS)
Carlos Alberto do Carmo da Costa Espadinha (CDU)
José Eduardo Félix da Costa (CDU)
Josefina Maria Andrade Espadinha (CDU)
Francisco Pereira Venturinha (PSD)
João Manuel Martins Madeira (BE) (em substituição de Maria José Palmeiro)
José da Silva Raposo (Mov.Sim)
Luís Manuel Gil (PS)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

SESSÃO ORDINÁRIA 24-11-2009

FALTAS : Francis	sco Pereira Venturinha
PRESENÇAS DA	CÂMARA MUNICIPAL DE SINES:
	Presidente: Manuel Coelho Carvalho
	Vereadora: Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos
	Vereadora: Carmem Isabel Amador Francisco
	Vereador: António Nogueira de Almeida
	Vereador: Francisco Maria Pereira do Ò Pacheco
	Vereador: Nuno José Gonçalves Mascarenhas
	Vereador: Idalino Sabido José
	a palavra aos membros da Assembleia, pela seguinte ordem de
,	a Pereira do Ò Pacheco
2 - Idalino Sabido	José
3 - Manuel Coelho	o Carvalho
4 - João Manuel N	Martins Madeira
5 - José Eduardo	Félix da Costa
6 - Càtia Sofia Sa	algado
7 - José Arcanjo F	erreira Costa
8 - José Luís Mart	tins Batalhatins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

SESSÃO ORDINÁRIA 24-11-2009

Todas as dissertações ficam apensas á presente acta
Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão, eram 12:30h do dia 24 de Novembro de 2009.
Dos trabalhos desta sessão, e para que conste, foi elaborada a presente acta, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia, que a subscreveu.
Sines, 24 de Novembro de 2009
O Presidente da Assembleia Municipal de Sines
José Luís Martins Batalha
Blade
O 1º Secretário
A
Fernando Miguel Ramos
O 2º Secretário
Tours Mind de do
Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo

CDU- Vereador Francisco Pereira do Ò Pacheco

Saudação entidades e publico presente – comunicação social Em nome da CDU as nossas melhores saudações democráticas.

Assinalamos hoje os 647 anos da fundação do concelho de Sines. Como todos sabemos hoje em dia, em 24 de Novembro de 1362, o rei de Portugal D. Pedro I autorizou a criação deste nosso município.

Éramos antes dessa data um pequeno lugar do concelho de Santiago do Cacém. Aliás, uma das justificações para a fundação do concelho em 1362 foi a vontade dos homens bons de Sines de se livrarem da dependência de Santiago do Cacém. O que significava que naquele tempo da idade média, os senhores feudais de Santiago do Cacém nada ligavam e pouco se importavam com a população piscatória de Sines.

Caso curioso é que esta situação se viria a repetir cerca de quinhentos anos depois, em 1855. Vejamos a conjuntura económica e social que Sines vivia em meados do século XIX.

João Daniel de Sines, liberal convicto, militar do regimento de cavalaria, havia lutado abertamente contra o rei absolutista D. Miguel e foi preso pela primeira vez no forte de s. Julião da barra em 1830. Prisão que sofreria várias vezes pelo seu carácter revolucionário, basta aqui recordar que João Daniel se juntou ás forças liberais no porto em 1832 atravessando o rio Douro a nado. Em 1852 seria ilibado da acusação de falso médico pelo tribunal de polícia correccional de Lisboa, em Outubro, passam agora 157 anos, acto esse de que seria ilibado e obviamente comemorado efusivamente pelo povo de Sines.

Por esse tempo chegava a Sines em 1847, Francisco Luís Lopes, algarvio de Faro, envolvido na guerra civil que a história designou de Patuleia, e que cansado das vicissitudes da guerra viria a ficar em Sines após pedido de demissão do exército, que lhe seria concedido.

Logo no ano seguinte Francisco Luís Lopes pede aumento de ordenado, pedido esse que a câmara municipal de Sines encaminharia para o governador civil, solicitando a sua satisfação com os habituais argumentos sobre a impossibilidade da substituição do referido médico, tal como consta da acta da vereação de 4 de Agosto de 1849. Não foi preciso esperar muito mais tempo para que Francisco Luís Lopes voltasse a exigir novo aumento de ordenado em 1852 sob a ameaça de se mudar para Santiago do Cacém.

Apesar de contar com cerca de três mil habitantes, o concelho de Sines seria extinto em 1855 e integrado como freguesia no concelho de Santiago do Cacém.

Isto é, caros concidadãos, ao tempo que o município de Sines é extinto e integrado em Santiago do Cacem, os nossos dois heróis do século XIX estavam bem vivos — João Daniel de Sines andava por Lisboa e viria a falecer em 1877 e Francisco Luís Lopes, continuava como médico do concelho, pelo menos com esse vencimento, apesar do concelho ter sido extinto e viria a falecer em 1869.

3

Mas já nesses tempos nós éramos um porto importante. Tão importante que o próprio Francisco Luís Lopes referia no seu livro Breve Noticia de Sines a visita de vários engenheiros que se teriam deslocado de Lisboa a Sines por volta de 1850, para verificarem as possibilidades e as condições para a construção de um grande porto para Sines e para o Alentejo.

Perguntar-se-á porquê o interesse de Lisboa em construir um porto em Sines?

É simples a resposta. Porque em 1849 já existiam em Sines três fábricas de cortiça todas propriedade de ingleses (Biester e Falcão, Pidwell e Thomas Dryden), que empregavam cerca de uma centena de homens e que carregavam em várias dezenas de navios, quase vinte mil toneladas de cortiça fabricada por ano. E porque os ingleses nos haviam ajudado contra as invasões de Napoleão Bonaparte. E porque também os ingleses e os espanhóis nos haviam ajudado a acabar com a guerra civil que a história apelidaria de Patuleia por alturas de 1847.

Digamos que tudo se encaminharia para que o concelho de Sines se mantivesse como tal, e que face à perspectiva de desenvolvimento económico portuário e industrial de Sines e do Alentejo, em meados do século XIX o governo português e o seu rei, D. Pedro V, tivessem uma decisão politica favorável ao povo de Sines e ao seu município. Mas não. Acabaram com a nossa parca autonomia municipal.

Apesar disso e de Sines ter passado então a freguesia de Santiago do Cacém, em 25 de Novembro de 1887, completam-se agora 122 anos, foi aberto concurso publico para a construção e exploração de um caminho de ferro entre Beja e Sines, com um ramal para Aljustrel, com os seguintes argumentos:

- o porto de Sines/inevitável
- a industria corticeira existente em Sines florescente
- a riqueza agrícola do território entre Sines e Bejalinigualável
- a riqueza em cortiça dos concelhos de Santiago do Cacem e de Ferreira do Alentejo
- a riqueza mineira de Aljustrel

Tudo isto viria a aguardar quase cem anos, até à década de sessenta do século XX. Mas terão sido aquelas as premissas para a construção do porto industrial de Sines?

Não. A plataforma industrial e portuária de Sines é construída para satisfação dos interesses dos grupos económicos de sustentação do fascismo, designadamente da necessidade de crescimento industrial, da

impossibilidade de crescimento da refinaria de Cabo Ruivo, do crescente aumento do consumo de derivados do petróleo, etc.

46

Os principais grupos económicos do regime precisavam de uma nova refinaria de petróleo e de uma nova área concentrada de industrias de base associadas a um porto de águas profundas. E os tempos de então, com uma guerra colonial em três frentes, Guiné, Angola e Moçambique, não poderia esperar mais um século. Nem mais um ano. Assim o determinaram o grupo CUF e o grupo da Sonap de Manuel Bulhosa, que criaram a Petrosul e a Companhia Nacional de Petroquímica.

E foi assim que se começou a construção do porto e do pólo industrial de Sines de acordo com um decreto lei de Junho de 1971.

E o povo de Sines ficou contente porque ia ter o seu porto industrial e o seu porto de pesca.

Mas foi a alegria da liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974 que nos veio dizer que o grande porto não tinha lugar para os pescadores de Sines, que era apenas para as grandes indústrias em construção e para as outras que se perspectivavam.

E aí com a liberdade e com a razão da história e do querer das nossas gentes, arregaçámos as mangas e fomos à luta. Ou há porto de pesca ou não há porto industrial. E passam agora 15 anos, foi em Outubro de 1994, que inaugurámos o nosso porto de pesca. Sem grande pompa e sem grande circunstância digamos que foi uma festa bem caseira.

Cumpriu-se a pesca e a industria. Falta cumprir-se a região alentejana, agora que voltamos a discutir a ligação ferroviária ao porto de Sines e a Beja, 122 anos depois do concurso para a construção dessa linha, e novamente no quadro dos interesses internacionais, agora sem os ingleses, mas com os espanhóis - a ligação do porto de Sines a Madrid por ferrovia de mercadorias de velocidade elevada, preferencialmente por Beja, claro.

Fica a historia e as suas histórias. Fica a mensagem da luta e o exemplo daqueles que lutaram pelos grandes objectivos do nosso município. Para que outros objectivos germinem entre nós e outros sinienses se batam pelo futuro de todos.

Viva Sines.

Francisco do Ó Pacheco

24 rov. 2016

PS – Idalino Sabido José

DIA DO MUNICIPIO DE SINES 24 DE NOVEMBRO DE 2009

Ex.mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhores Deputados

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Senhores representantes de Colectividades e Associações

Ex.mos Senhores convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Faz hoje precisamente 674 anos que os homens bons de Sines, mercê da sua luta por maior autonomia, receberam de D. Pedro I, o Justiceiro, a carta foral de elevação de Sines a Vila.

Comemoramos assim mais um dia do Município, e fazemo-lo decorrido pouco mais de um mês da realização do acto eleitoral para as Autarquias, de que resultou esta nova Assembleia Municipal, o novo executivo municipal e as novas Assembleias e Juntas de Freguesia.

O Povo foi às urnas e deu o seu voto às forças politicas que concorreram nestas eleições, fazendo a sua livre escolha, para todos os órgãos autárquicos. Todos estão agora legitimados para cumprir as funções de que foram investidos em plenitude democrática.

Poderemos afirmar, esta é a nossa expectativa, que todos os eleitos farão o que lhes compete, cumprindo o novo mandato no respeito pelas decisões que o Povo, democraticamente tomou no passado dia 11 de Outubro.

Do mesmo modo, estamos convictos, de que todos procuraremos respeitar o mandato popular, fazendo cada um a sua obrigação de contribuir, para que as propostas sufragadas pelos eleitores sejam concretizadas.

Estamos aliás, certos de que o Executivo da Câmara tem esse papel decisivo e essa obrigação, de dar cumprimento ao que se propôs fazer pelo desenvolvimento de Sines, quando da campanha eleitoral, procurando sempre as melhores soluções para o concelho na base de uma ampla participação democrática.

Cabe também à Assembleia Municipal um papel relevante na sua função fiscalizadora e de acompanhamento da actividade do executivo – Assegurar condições, proporcionar os meios para que não hajam razões para justificar o incumprimento das propostas eleitorais, e exercer a fiscalização, sempre com sentido construtivo.

É oportuno reafirmar o total apego dos eleitos do Partido Socialista ao Desenvolvimento Económico e Social do Concelho de Sines e ao bem-estar das populações. Esta é a nossa única estratégia, trabalhar para a construção de uma comunidade que atinja os melhores padrões de qualidade de vida, em todos os domínios.

Sines é um pequeno Concelho com apenas 15 000 habitantes, mas certamente os nossos antepassados e mesmo muitos de nós, não poderíamos imaginar, a tremenda importância que a nossa terra haveria de ter e tem nos nossos dias.

De facto, Sines desempenha hoje um papel de grande relevância, não apenas no plano regional, mas também no plano nacional.

A nossa ambição, é a de que Sines consolide essa importância estratégica no País, quer ao nível do crescimento económico, do crescimento do emprego, mas também da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que aqui residem e/ou trabalham.

Queremos um concelho mais desenvolvido, por isso trabalhamos por uma sociedade de progresso e bem-estar.

O período do novo ciclo autárquico que agora se inicia, traz consigo grandes desafios:

- A qualificação de todo o espaço urbano com destaque para a regeneração da zona histórica.
- A aposta na cultura, no desporto, na educação e no laser
- A melhoria das condições para a prestação de cuidados de saúde à população
- A solidariedade para com os que mais precisam

- A promoção do crescimento económico com actividades mais diversificadas e com uma aposta forte no turismo
- A preservação da qualidade ambiental
- Um melhor aproveitamento do nosso maior recurso estratégico, que é o mar, por forma a relançar as pescas e outras actividades a si associadas.

Estes são apenas alguns dos desafios que se colocam nestes quatro anos para que trilhemos caminhos de construção de uma comunidade moderna e progressista, onde todos se sintam bem.

São aliás, desafios e ideias, que atravessam todos os programas eleitorais das diferentes forças políticas, o que nos trás maior responsabilidade, mas também maior confiança neste novo ciclo autárquico que agora se inicia.

É com este sentido de responsabilidade, que os eleitos do Partido Socialista, continuarão a trabalhar para o progresso de bem-estar dos sinienses.

Muito Obrigado.

Sines, 24 .11.2009

Idalino José

Partido Socialista

Presidente da Câmara-Manuel Coelho Carvalho



Dia do Município – 24 de Novembro de 2009 Sessão Solene

Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines; Senhores Deputados; Senhores Vereadores; Entidades Oficiais presentes; Representantes das Instituições e de Empresas;

Comunicação Social Minhas senhoras, meus senhores;

Comemoramos 647 anos da existência do Município de Sines num momento singular da vida e da história de Sines.

Estas comemorações coincidem com o inicio de um novo ciclo da vida política do município e num novo quadro do exercício de funções do poder político local.

O resultado das eleições autárquicas redefiniu uma nova perspectiva política, com novos caminhos e novos desafios, o que além de ser uma expressão da vontade popular também representa uma manifestação do desejo de inovação e mudança para o enri-



quecimento da actividade política e revitalização da democracia no âmbito local.

Concluídos os processo de instalação dos órgãos autárquicos é tempo de nos lançarmos no trabalho deste novo mandato, no qual, cada órgão assumirá as suas funções e as suas responsabilidades.

Ao Executivo da nova Câmara cabe a responsabilidade de governar, de acordo com a vontade expressa da população de Sines no acto eleitoral de 11 de Outubro.

Mas, nós queremos governar bem, baseados no conceito e nos princípios do desempenho das funções como uma missão na defesa dos munícipes e do interesse público e na promoção do desenvolvimento e qualificação do território e dos centros urbanos do nosso Município.

Neste quadro, e com esta visão de serviço, reiteramos o interesse e a disponibilidade de gerarmos entendimentos com as forças politicas interessadas numa cooperação profícua para uma governação mais eficiente em beneficio dos interesses da população e do desenvolvimento de Sines.



Senhores Vereadores; Senhores Deputados:

Os desafios e os projectos para o próximo mandato exigem uma visão estratégica com prioridade definidas e a procura de visão estratégica com prioridades definidas e a procura de meios para os enfrentar e concretizar.

Tendo em conta que uma parte importante destes projectos são de carácter estruturante e decisivo para o desenvolvimento de Sines, tendo um alcance que vai muito para além do horizonte dos 4 anos deste mandato, é fundamental e imperativo que geremos os entendimentos necessários à sua importância e à sua concretização em beneficio do presente e, principalmente, do futuro de Sines e de Porto Covo, procurando-se os meios para a execução dessas obras.

Refiro-me principalmente à construção do novo Centro Escolar de Sines, junto à Escola Vasco da Gama e do novo Centro Escolar de Porto Covo - que totalizam mais de 03 milhões de euros de investimento.



À nova Estrada de Porto Covo – um investimento previsto de mais de 2,5 milhões de euros.

Ao programa de Regeneração Urbana, para a qualificação do Centro Histórico e da Avenida Vasco da Gama – um investimento de mais de 10 milhões de euros.

À execução do Pólis em Porto Covo, como um projecto de grande importância para a qualificação da frente marítima, em benefício das praias, da qualificação do Portinho e dos espaços turísticos, com um investimento previsto de 3 milhões e 200 mil euros.

A par destes investimentos estruturantes temos um outro conjunto de obras de qualificação da cidade e do Centro urbano de Porto Covo, que é necessário garantir os meios à sua concretização.

Este conjunto de obras representa um investimento próximo dos 20 milhões de euros o que significa um esforço assumido por todos para não perdermos os fundos comunitários destinados a estas obras e dotarmos o território e os centros urbanos de equipamentos e meios ao seu desenvolvimento.



É imperioso que, em conjunto e com sentido de responsabilidade partilhada, procuremos o entendimento e as formas de resolver os problemas e vencer os desafios para que o nosso Município tenha um lugar destacado nesta zona do Território Nacional.

Além destes desafios de âmbito municipal temos outros não menos importantes, para os quais é necessário trabalharmos e lutarmos em conjunto:

- 1. Temos que pressionar o Governo para que o novo Centro de Saúde seja construído num horizonte de 03 anos;
- 2. Lutarmos em conjunto pela construção das novas acessibilidades;

A ferrovia rápida e as rodovias; IP 8 e IC33 e a via turística. (longitudinal à Costa Litoral chamada Vasco da Gama).

Estas obras são fundamentais e decisivas para o desenvolvimento de Sines, da Região e do nosso País e, por isso merecem um forte envolvimento de todos os autarcas; das grandes empresas e promotores turísticos para uma pressão forte junto do Governo Central, para as executar em tempo útil.



Quero manifestar a esta Assembleia e à Comunicação Social a minha inquietação e desapontamento pelas consequências da decisão do Tribunal de Contas relativamente ao empreendimento da construção da auto-estrada Sines/Beja.

Como sabem e como todas as entidades da Administração Central e órgãos de soberania devem saber, Sines é um Pólo Portuário, Industrial e Logístico de âmbito Nacional.

O potencial portuário e industrial existentes e os investimentos em curso e previstos são decisivos para dinamizar a economia nacional e ajudar a tirar o País da grave crise económica e social em que se encontra.

Este pólo vive uma fase crucial, e decisiva para a sua competitividade e afirmação no contexto nacional e internacional. Por isso qualquer medida ou decisão a tomar que afecte este desenvolvimento deve ser devidamente reflectiva procurando -se todos os meios que evitem consequências danosas e, geralmente irreparáveis.



Como Presidente deste Município sinto o dever de me manifestar o meu desapontamento e apelar para a razoabilidade e o verdadeiro sentido de estado nestas questões. E, em consequência proponho a esta Assembleia que reflicta sobre isto e que em conjunto com a Câmara e com outros municípios, envolvidos neste empreendimento, se tome uma posição pública, clara e veemente na defesa dos investimentos para as boas acessibilidades e da sua execução urgente, em beneficio do Alentejo e do País.

Senhores Autarcas;

Caros Sineenses;

As Comemorações dos 643 anos deste Município devem ser celebradas com o sentido do peso da história, honrado os seus maiores vultos, desde as lutas de libertação do território; ao grande Almirante D. Vasco da gama; aos trabalhadores do mar, aos corticeiros; aos heróis do 25 de Abril e aos obreiros do poder local democrático pois o que temos hoje é fruto do trabalho, das lutas, de sucessivas gerações, a quem, hoje, devemos prestar homenagem e honrar, numa atitude assumida de continuarmos a grande obra colectiva de desenvolver o território; qualificar os espaços e humanizar a vida e as instituições.



Neste contexto é oportuno invocar aqui os vultos que hoje vamos homenagear, com a atribuição dos seus nomes a ruas desta cidade:

Invoco aqui: António Amaral da Silva

José Rodrigues Vilhena

Agostinho Rodrigues

Mestre Bento José

Todos já ausentes do nosso convívio mas que pelo seu trabalho, dedicação e marcaram esta terra e merecem a nossa homenagem

Ao invocarmos o passado, não é para mantermos uma atitude de nostalgia, por esse passado, mas para redobrarmos as forças e o empenho em trabalhar pelo futuro deste Concelho, procurando tirar o máximo partido das suas potencialidades nos sectores portuário; industrial e logístico, no turismo; nas pescas; no apoio ao desenvolvimento da educação, da cultura, desporto e coesão social.

Continuarmos um trabalho incessante na defesa e qualificação do ambiente; na atracção de investimentos produtivos, para a criação de emprego e riqueza em benefício dos Sineenses, da nossa Região e do nosso País.



O meu propósito e o nosso desígnio deve-se basear e orientar por servirmos com todas as nossas energias, inteligência e determinação os interesses do Povo e da promoção deste território.

Viva o Município de Sines o Poder Local Democrático.

Sines, 24 de Novembro de 2009. Presidente da Câmara Municipal de Sines Manuel Coelho Carvalho

BE – João Manuel Martins Madeira

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos Senhores deputados e deputadas municipais

Exmos Senhores Vereadores e senhoras Vereadoras

Exmos Senhores convidados, representantes de instituições e entidades económicas, sociais e culturais do concelho de Sines e demais cidadãos e cidadãs presentes.

Nas circunstâncias particulares e transitórias em que uso da palavra, trago aqui a voz do Bloco de Esquerda, pela primeira vez presente nesta Assembleia Municipal.

Hoje, quando se assinala mais um dia do município, saúdo em primeiro lugar todos os autarcas eleitos a 11 de Outubro passado.

E quero justamente começar por aqui, assinalando os 647 anos sobre o dia em que D. Pedro, rei, deferiu a pretensão dos homens bons de Sines, criando o seu próprio concelho, "isento da sujeição de Santiago do Cacém", mas acrescentando-lhe outra data, na minha opinião tão ou mais importante do que esta — a de 19 de Maio de 1914, quando Manuel de Arriaga e Bernardino Machado apuseram a sua assinatura na Lei da República Portuguesa que restaurou o concelho, depois de 59 anos dependente outra vez de Santiago.

E bem se impunha que o município assinalasse devidamente esta data no que ela representa de contemporâneo – o culminar do esforço da burguesia sineense para restaurar o seu concelho, apoiada no seu porto, no seu comércio, nas suas pescas e na sua indústria.

Por mais mudada que esteja hoje a face de Sines, a sua matriz, as suas raízes estão nesse longo ciclo feito do abraço entre o mar e a terra, feito de indústria e de comércio, mas também de pesca como sectores dinâmicos, propiciadores de mudança.

É disso, fundamentalmente disso, que somos herdeiros, hoje, e cabe-nos respeitar essa memória e torná-la propulsora de futuro.

Por isso assinalemos a data, evidentemente, no que ela nos pode ensinar e inspirar, o que se reporta ao que de essencial aqui queremos trazer.

Em primeiro lugar honremos a ética republicana, porventura o mais importante dos contributos de uma experiência histórica, cujo centenário nos preparamos para comemorar, e encaremos este nosso lugar aqui, nesta Assembleia Municipal, como serviço público que voluntariamente nos dispusemos prestar ao povo de Sines, à sua população.

Esta Assembleia Municipal corresponde, rigorosamente, expresso voto a voto, como não podia deixar de ser, à configuração e à arrumação proporcional de forças políticas que aqui toma assento. E não em qualquer outra coisa, resultado de uma qualquer outra interpretação.

A expressão da vontade democrática da população traduziu-se na composição deste como dos restantes órgãos autárquicos. E foi nessa base, a única possível, que fez com que cada um dos deputados municipais recorrendo ao voto que dele se exigia, elegesse a mesa desta Assembleia Municipal, em total liberdade e com total clareza.

Do ponto de vista dos equilíbrios, das tensões e da diferença de opiniões e de entendimentos, naturais em democracia, o Bloco de Esquerda só se pode congratular com esta situação, porque democraticamente construída, e porque, objectivamente, vem valorizar o papel da Assembleia Municipal, como órgão fiscalizador e, enquanto parlamento municipal, como o órgão mais importante do edifício jurídico do poder local democrático, por mais que alguns o tenham duradoura e interessadamente esquecido e continuem a querer esquecer.

Mas valorizar a Assembleia Municipal, neste preciso contexto, do nosso ponto de vista significa igualmente dotar este órgão de recursos humanos e materiais

acrescidos, no sentido de reforçar os desempenhos e as funções de fiscalização que lhe são imputadas.

Mas honrarmos a ética republicana, a partir deste órgão, deverá, do nosso ponto de vista, significar para além de uma ampla e nítida separação de poderes face à Câmara Municipal, a verificação e o aconselhamento ou o repúdio de situações de promiscuidade entre a coisa pública e os interesses privados, sejam de natureza familiar ou de natureza profissional.

Como dizíamos, insistimos, em que os lugares de nomeação, não devem nem podem ser atribuídos a familiares directos de quem nomeia, como o desempenho de lugares de nomeação não deve servir de trampolim para o acesso a lugares de quadro da autarquia.

Como dizíamos, insistimos, que deve haver parcimónia, contenção e modéstia nas despesas de representação, como exigimos que os recursos da autarquia postos à disposição de eleitos e de funcionários não sejam utilizados fora do horário de trabalho.

Nesta ordem de matérias, queremos finalmente sublinhar que ao município de Sines se exige transparência, que a informação, muita informação aos munícipes deve assegurar. Nos tempos que correm, com a contaminação do ambiente social e político por recorrentes fumos de corrupção, contribuamos, com transparência e informação, para erguer uma barreira que contrarie quaisquer manifestações dessa natureza.

Por isso dizemos que informação não é nem pode ser propaganda. Por isso defendemos que o boletim municipal *O Sineense* passe a ser da responsabilidade desta Assembleia Municipal, se torne mais plural, mais objectivo e mais próximo do pulsar da vida de Sines.

Em segundo lugar, e é o segundo tema que aqui queria trazer, substituamos a retórica sobre o desenvolvimento e o fachadismo pelo esforço para mudar a realidade social que nos envolve.

O nosso discurso está cheio de desenvolvimento, quase que seríamos levados a dizer que o desenvolvimento de Sines é a trave mestra que nos une a todos, aqui, e sê-lo-á nos diferentes modos de entender o que cada um de nós e cada força política que representamos entende por desenvolvimento, mas a clarificação e a opção das estratégias e rumos que apontam nesse sentido, é que faz com que os nossos discursos tanto se possam separar como aproximar.

Duas ou três achegas a esse propósito. Do nosso ponto de vista não há, não pode haver desenvolvimento pleno com estes números do desemprego e do sobreendividamento familiar, que angustia e desespera em horizontes sem futuro muitas famílias deste concelho, como aliás foi referido numa recente sessão sobre endividamento familiar.

Esta situação tem, por outro lado, levado, como sabemos bem, à saída, em busca de trabalho e pão, de muitos dos melhores trabalhadores qualificados que se formaram nas empresas da plataforma industrial.

E o impasse, infelizmente previsto por muitos, para a onda de investimentos que se decretava para Sines, fruto da grave crise económica de dimensão nacional e internacional, aprofundou dificuldades e gerou situações graves em muitas das pequenas e médias empresas industriais e comerciais que gravitavam a montante e a jusante desses prometidos investimentos.

Ao município, e à sua Assembleia Municipal em particular, cabe conhecer em profundidade a realidade social que nos cerca. Por isso, daqui sugerimos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que chame a uma sessão extraordinária a Rede Social de Sines e as principais instituições agregadas para que dêem a conhecer a esta Assembleia a dimensão tão real quanto possível da situação existente.

Por outro lado, não há, do nosso ponto de vista, desenvolvimento sem qualidade de vida e não há qualidade de vida sem sustentabilidade ambiental.

Daqui, de hoje, desta sessão solene do Dia do Concelho reafirmamos a importância de medidas urgentes com vista a saber da real situação da saúde pública em Sines e dos impactos ambientais das empresas sobre a saúde da população de Sines.

Não há capacidade de tomar medidas nesta matéria, sejam de natureza preventiva ou outras sem que se saiba com rigor e com sentido de responsabilidade do estado da saúde da população de Sines.

É chegado o tempo de não enrolar discurso e fazer de conta. São necessárias medidas a sério para que conheçamos dos efeitos da poluição das empresas. Não nos colocamos contra as empresas no sentido de as querer encerrar. Isso seria socialmente tão irresponsável como querer confinar a responsabilidade social das empresas à distribuição de subsídios às associações, ao cofinanciamento de grandes iniciativas ou ao amparo da autarquia em caso de necessidades prementes.

Das empresas esperamos mais com a sua vocação e capacidade de gerar riqueza e de gerar trabalho, esperamos vontade prática de se integrarem na regeneração ambiental de Sines.

Finalmente, se a lógica do nosso desenvolvimento deve ter uma forte componente endógena, lembremos então a situação da principal das nossas actividades económicas tradicionais, a pesca, como se têm debatido no meio de toda a sorte de dificuldades sem que sequer tenham tido capacidade de fornecer à população consumidora de Sines peixe a preços justos, quando a lota vendia há dias o carapau a 70 cêntimos e nós o compramos na praça sete vezes mais caro ou o sargo na lota a 7 euros e na praça a 18..

Ao município de Sines cabe zelar pelo ambiente como pelas actividades económicas tradicionais e exercer a pressão necessária para que o Governo, os Governos, tenham em atenção os interesses locais e sectoriais, fonte, para mais, de recursos naturais de importância estratégica, como são os que se prendem com a questão alimentar.

Termino, lembrando, com os olhos postos na História, como comemorar o dia do concelho, como o estamos a fazer aqui, não pode deixar de ser a evocação de uma linha de conduta dos verdadeiros homens bons, que sempre viram em Sines, no seu ambiente, nas suas potencialidades, nas suas riquezas naturais e na sua qualidade de vida, o principal factor propulsor de desenvolvimento.

É em nome disso, desse arco-íris de vontades, constantemente renovadas e actualizadas pelo tempo e pelos homens, que aqui estamos.

Disse.

João Cadeira

CDU- José Eduardo Félix da Costa

Ex.mo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Ex.mo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
Srs. Vereadores e Srs. Membros da Assembleia Municipal
Ex.mos Srs. Presidentes de Junta e Srs. Membros das Freguesias
Ex.mos Representantes das entidades presentes
Minhas Senhoras e meus Senhores

Comemoramos hoje, dia 24 de Novembro, os 647 anos da 1ª Carta Régia atribuída a Sines por el-rei D. Pedro I no ano de 1362.

A evocação deste facto relevante na nossa memória colectiva, protagonizado pelos nossos ancestrais no ano de 1362, é a consagração da vontade de tomar nas suas mãos a gestão dos destinos de Sines e das suas gentes, tornando-a uma vila autónoma em relação a Santiago.

Mais de Seis séculos passados, e honrando a memória desses nossos antepassados, cabe também a cada um de nós contribuir para o engrandecimento desta terra já cidade, fazendo dela um lugar melhor para todos, sejam os que aqui nasceram, os que aqui se radicaram, os que aqui trabalham ou os que nos visitam.

Hoje, as nossas preocupações e desafios são certamente diferentes daquelas que no Séc. XIV motivaram os nossos antepassados, mas assim como eles foram capazes de nos deixar um legado, que ainda hoje perdura, teremos de ser nós também capazes de deixar o nosso contributo. Contributo esse, que terá de conter os ensinamentos passados, as realidades presentes e assegurar um futuro sustentável as gerações vindouras.

O nosso concelho, assim como o país, está mergulhado numa crise económica que arrasta atrás de si uma crise social. A realidade em que hoje vivemos devia levar-nos a questionar o modelo de desenvolvimento por nós seguido. A globalização da economia, com um excessivo peso da vertente financeira na condução da mesma, originou profundas alterações no mundo do trabalho, para pior dizemos nós. Assistimos todos os dias e em todas as áreas de actividade, ao encerramento de empresas, ao desemprego e à precarização das relações do trabalho. A criação de novos empregos é manifestamente insuficiente para compensar os que são perdidos assim como o é a criar vagas para aqueles que chegam de novo ao mercado de trabalho. As dificuldades sentidas hoje em dia pelos nossos jovens em entrar no mundo do trabalho, é um flagelo a que urge pôr travão. O trabalho precário, os baixos salários que não lhes permitem uma vida autónoma, entre outros problemas, são hoje uma realidade bem presente e que hipotecam a vida futura de muitos deles. Não garantir aos jovens o seu presente, tendo em conta o legado que nos foi deixado, é estar a hipotecar o seu e o nosso futuro. Deixar que a sociedade caminhe no sentido de olhar para o ser o humano como mais uma peça descartável na engrenagem, é estar a hipotecar um desenvolvimento sustentável a todos os níveis.

O nosso concelho, não é diferente do resto do país. As dificuldades de encontrar um emprego são amplamente sentidas também aqui, fruto de uma política desumanizada e socialmente irresponsável praticada, principalmente, pelas grandes empresas do

complexo, que cada vez mais recorrem à subcontratação, originando com isso o trabalho precário e sem direitos e que deixa de lado o papel social das empresas, que as mesmas muitas vezes fazem alarde de propagandear, mas que na pratica não passa disso; propaganda. Será pois esta uma das áreas de intervenção prioritária de todos os responsáveis políticos municipais, pressionar as grandes empresas do complexo no sentido de modificarem a sua postura no capítulo das relações de trabalho e nas questões sociais a ele associadas.

Outra das vertentes onde o poder autárquico deverá ter um papel importante é no apoio ás organizações de cariz social. A necessidade de promover uma efectiva colaboração dentro da rede social já existente, ou em novas parcerias, é hoje em dia um imperativo que o estado de necessidade em que muitas famílias de Sineenses se encontram impõe.

A exigência de melhores cuidados de saúde, quer com a construção de um novo centro de saúde assim como a sua dotação de pessoal, tendo em conta as necessidades da população é outra das preocupações a que poder autárquico deverá dar prioridade.

A resolução do problema da contaminação do aquífero, a preocupação com a contaminação dos solos e do mar, assim como a qualidade do ar que respiramos, são questões onde o poder autárquico terá seguramente de repensar o seu posicionamento. A imagem de alguma passividade transmitida pelo poder autárquico em relação a estas matérias não deixa os sineenses tranquilos. Não basta criar programas de monitorização e estudo das situações. É necessário que os sineenses vejam resultados palpáveis desses estudos. É necessário que a sua legítima exigência de uma melhor qualidade do ar que respiram, de uma água para consumo sem dúvida de qualidade, seja acompanhada de forma diferente pelo poder autárquico.

Podem os Sineenses continuar a contar com o trabalho dos eleitos da CDU para o desenvolvimento social e económico do concelho.

Viva os Sineenses Viva o Sines

Sines, 24 de Novembro de 2009

faré toluación folz & Cent

PS – Cátia Sofia Salgado



Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, Senhores Membros da Assembleia Municipal de Sines, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines, Senhores Convidados, Minhas Senhoras e meus senhores.

Passaram 647 anos desde que Sines obteve o seu foral, são 647 anos de história ligada directamente ao mar, passado este, que se comemora hoje e que deve ser recordado aqui, dos inúmeros intervenientes desta história gostaria de ressalvar um: Alexandre Massai, engenheiro italiano às ordens de Filipe II (I de Portugal) chegou ao litoral alentejano em 1588, que aqui fez obra, aqui morreu e deixou a sua descendência, trazia com ele o primeiro grande projecto de engenharia marítima na costa alentejana, o qual tinha como principal objectivo aproveitar as potencialidades piscatórias de um mar rico em sardinha, cavala, corvina e atum, ou seja o negócio da pesca com as suas componentes de abastecimento local e regional. A tudo isto estava inerente a intenção de povoar a terra.

Este passado está dentro de nós sineenses, e corre-nos nas veias. Deste passado com o mar, só podemos imaginar um futuro com o mar.

Um futuro onde também exista democracia, e que o reconhecimento, de que existe um conjunto de princípios, valores e regras democráticas que devem ser seguidas por todos, e onde sejam aceites as diferenças de ideias.

As diferenças politicas, deverão ser, clara e inequivocamente debatidas no espaço próprio que é a Assembleia Municipal.

Não é admissível que numa sociedade moderna e democrática sejamos confrontados com acções, e malabarismos políticos para camuflar o medo de perder o poder.

Agora mais do que nunca vamos trabalhar, para que o caminho, até ao futuro, seja de todos, sejam quais forem as suas ideias, porque Sines é de todos nós.

Esta tem sido a preocupação e a acção do Partido Socialista em Sines.

Obrigado a todos.

Sines, 24 de Novembro de 2009

Mov.Sim – José Arcanjo Ferreira da Costa

24 de Novembro de 2009

Ex.mos Senhores Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Sines

Ex.mos Senhores Vereadores e Srs. Deputados Municipais

Ex.mos eleitos nas Assembleias e Juntas de Freguesia de Sines e de Porto Côvo Ex.mos Senhores convidados

Ex.mos Munícipes presentes.

Comemoramos hoje 647 anos da nossa carta de Foral, do reconhecimento de Sines como terra importante e do reconhecimento ao direito dos Sineenses de se governarem a si próprios.

Ao longo da sua história, Sines foi testemunho de muitos acontecimentos importantes para o País e que de uma forma ou de outra também marcam a sua história.

Terra onde nasceu Vasco da Gama, o maior navegador da época dos descobrimentos a quem definitivamente esta terra estará ligada, e que muito ainda poderá contribuir para o seu engrandecimento.

Os seus feitos e o seu nome poderão ser no futuro mais valorizados em favor do desenvolvimento de Sines. Falta ainda aproveitar as mais-valias que o seu nome pode promover

Também aqui ocorreu a expulsão do País de D. Miguel, em Junho de 1834, findas que tinham sido as lutas entre Liberais e Absolutistas e em que os primeiros saíram vencedores;

Já no século vinte, teremos concerteza presentes muitos acontecimentos, visto que como mais recentes há mais registos e mais memórias;

Tivemos assim no início desse século, a implantação da República, que em Sines certamente foi comemorado festivamente, pelo que teremos de no próximo ano, em que se passa um século dessa data, comemorá-la condignamente;

Não queria falar da autonomia definitiva de Sines, em relação a Santiago do Cacém, ocorrida em 1914, pois hoje mesmo tive que estar presente no Tribunal de Santiago, para prestar declarações como testemunha num processo movido contra o Município de Sines.

Se o Tribunal fosse em Sines, tal não ocorreria pois sendo Feriado Municipal, estaria encerrado.

Também o golpe de 28 de Maio de 1926 e a implantação da ditadura fascista, foi seguramente muito gravosa e permanece ainda na memória de muitos Sineenses, e essa não é para comemorar mas é para não esquecer;

Sines por sua vez sofreu outra revolução ao ser decidido pelo Governo Marcelista em 1970, implantar aqui um grande complexo Portuário e Industrial.

Decisão que teve uma influencia tremenda na nossa terra. Nenhum outro concelho deste País sofreu uma intervenção tão violenta e mudanças tão importantes.

Aqui não haverá certamente uma data para comemorar!

É certo que muitas coisas não correram bem; houve muitas famílias que sofreram autenticas violências ao serem expulsas das suas casas e das suas terras, mas é também evidente que Sines cresceu e desenvolveu-se, a sua população triplicou e hoje, mantendo as características transmitidas pelos seus antepassados é uma cidade moderna, com equipamentos públicos de qualidade, com grandes potenciais de crescimento e de criação de emprego, e com muito boa qualidade de vida.

Tivemos depois a data gloriosa do 25 de Abril de 1974, que nos libertou do fascismo e nos devolveu a liberdade e, essa data temo-la comemorado condignamente e devemos continuar a fazê-lo, para que todos tenham bem presente que foi a partir daí que todos passamos a poder sentir alegria e dignidade em ser cidadãos livres.

Para nós eleitos locais em particular, foi só a partir do 25 de Abril que foi possível realizar eleições livres para as Câmaras Municipais e Freguesias.

E desde as primeiras eleições Autárquicas em Dezembro de 1976, também Sines ficou marcada por um novo ciclo de desenvolvimento.

As primeiras obras, as infra-estruturas, os primeiros equipamentos, as batalhas com o GAS pela autonomia Municipal e devolução de competências; a aprendizagem da democracia; o planeamento da cidade e do concelho; as grandes empresas; a defesa do ambiente e o combate à poluição; as reivindicações do centro de Saúde, das acessibilidades, por melhores empregos; por melhor educação – em todas elas o Poder Local esteve envolvido.

Em 33 anos de Poder local democrático, muitas foram as vitórias e alguns os fracassos. Continua a ser porém o nosso campo de trabalho.

Nós, Poder Local temos muitas batalhas pela frente que precisamos travar.

Com Partidos políticos ou coligações, em Sines e em todos os Concelhos do Pais há milhares de cidadãos a trabalhar pelo desenvolvimento das suas terras.

Em Sines, pela primeira vez na sua história, um Grupo de Cidadãos mobilizou-se para disputar o Poder Local aos Partidos e às Coligações.

A partir de um pequeno grupo, mobilizou centenas de Sineenses, fez uma campanha limpa e aberta, sem ataques aos outros concorrentes, afirmando-se antes pela positiva, com propostas claras para a solução dos problemas do nosso Concelho.

Foi assim que o Movimento SIM-Sines Interessa Mais, congregou o apoio de centenas de Sineenses e obteve uma significativa vitória eleitoral, transmitindo através da sua carta de princípios o que quer para Sines :

" Queremos intervir na vida política e social do concelho, através de um movimento de cidadãos motivados por causas nobres, em cooperação com outras organizações políticas, associações e instituições para enriquecer a vida política de Sines, através da participação determinada e empenhada para a transformação da sociedade e consolidação da democracia e da liberdade"

Vínhamos atrás a falar de comemorações.

Estamos hoje na Assembleia Municipal a comemorar os 647 anos da criação e da autonomia de Sines.

Do que falarão os historiadores ou os Sineenses no futuro de Sines, do que aconteceu de relevante em Sines em 2009 ?

De muito pouco ou de nada ,certamente.

Porém, pelo menos nos próximos anos ou décadas não se deixará de falar da revolução política que foi criada pelo aparecimento do Movimento SIM-Sines Interessa Mais.

Pretensão a mais? Podem alguns falar disso.

Num País livre, num Município livre, este Movimento também foi um grito de Liberdade. Não sabemos se será comemorado alguma vez. Mas lembrado será certamente por muitos e muitos anos.

Como um engulho por alguns!? Com alegria e sentido de dever cívico cumprido por muitos mais.

Os nossos propósitos foram amplamente divulgados e mantêm-se.

A nossa determinação também.

Parabéns a Sines

Vivam os Sineenses.

Presidente da Assembleia Municipal de Sines -José Luís Martins Batalha

Senhores Membros da Assembleia Municipal de Sines,

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines,

Senhores vereadores,

Senhores convidados,

Senhores dirigentes das Associações e colectividades de Sines,

Minhas Senhoras e meus senhores,

Cumprindo a tradição realiza-se mais uma sessão solene comemorativa do dia do Município.

Pretende-se hoje, ainda que de forma simples, evocar a importância e o significado histórico dessa data, que permitiu a liberdade e a autonomia dos caminhos que os "homens bons" da vila de Sines haveriam de trilhar

Hoje, passados 647 anos è necessário acreditar no futuro que os "homens bons" querem para Sines.

Ora esse caminho só poderá ser trilhado, quando todos os cidadãos quiserem exercer com plenitude os seus direitos de participação na discussão da vida pública.

Quem detém o poder tem a obrigação de o colocar ao serviço de todos, para que Sines possa seguir o rumo certo na defesa da população, das associações e colectividades.

Esta nossa terra necessita de atitudes democráticas, da aceitação de valores e regras, da aceitação das diferenças, reconhecendo a importância de uma vivência democrática e plural.

Os autarcas de Sines tudo devem fazer para proporcionar aos munícipes o exercício da cidadania e da participação.

Nos dias difíceis por que passa o país e as pessoa, è fundamental que a Assembleia Municipal de Sines dê um sinal muito claro de que está atenta ao que è fundamental para o interesse colectivo, em detrimento do que é acessório.

Procuraremos reforçar os mecanismos de participação activa dos cidadãos, realizando na prática a verdadeira democracia participativa, implementando diversas acções como sejam:

- Disponibilidade para atender os cidadãos,
- Informar regularmente das acções e decisões da Assembleia
- Descentralizar a realização das sessões da Assembleia pelo concelho

Mais, cumprindo esse objectivo, decidiu este ano a Mesa da Assembleia Municipal convidar, formalmente, as instituições e entidades de Sines para nos acompanharem nesta Assembleia Comemorativa do dia do município.

A todas as instituições, munícipes e restantes entidades que nos honraram com a sua presença os nossos agradecimentos.

Muito obrigado.

Viva Sines.

Sines, 24 de Novembro de 2009